



Eternit

Demonstrações Financeiras 2015



pefran.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2015

Senhores Acionistas,

A Administração da Eternit S.A. ("Eternit" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da ETERNIT S.A., acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

Em decorrência de a Companhia exercer o controle em conjunto da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (CSC) com a Companhia Colombiana de Cerâmica S.A. - empresa do Grupo Corona (multinacional colombiana), o resultado da CSC é considerado nas informações contábeis consolidadas com base no método de equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

1. BREVE HISTÓRICO

A Eternit, fundada em 1940, é a maior e mais diversificada indústria de coberturas do País, com atuação nos segmentos de telhas de fibrocimento e concreto, mineração do crisotila, louças e metais sanitários, soluções construtivas, entre outros produtos. Companhia de capital aberto, com registro em Bolsa desde 1948, está listada no Novo Mercado desde 2006, nível máximo de governança corporativa da BM&FBOVESPA.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em busca constante pela transparência e equidade no relacionamento com todas as partes relacionadas (*stakeholders*), o modelo de governança corporativa adotado pela Eternit está baseado nas melhores práticas do mercado. O principal objetivo deste modelo é viabilizar a atuação da Companhia de maneira responsável e sustentável em todas as comunidades em que está inserida, de forma a gerar valor para acionistas, mercado de capitais e todos os demais públicos, com respeito integral à Legislação Societária Brasileira, com o cumprimento de todos os dispositivos constantes do Regulamento de Listagem no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

A estrutura de governança corporativa da Eternit é composta pelo Conselho Fiscal, Conselho de Administração e seus Comitês, Diretoria e as áreas de Controles Internos e Auditoria Interna. A Companhia conta também com auditoria externa, realizada por empresa independente, substituída no máximo a cada cinco anos, conforme determinação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. CONJUNTURA E MERCADO 2015

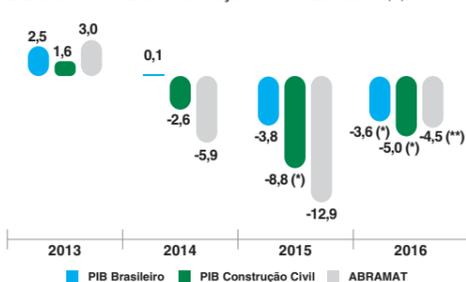
Sobre o âmbito nacional, o ano de 2015 foi afetado pela crise econômica, além do aumento da taxa de desemprego e inflação, entre outros fatores, afetando a confiança do consumidor. O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) avalia que a atividade econômica segue evoluindo em ritmo inferior ao seu potencial, repercutindo os impactos do processo de ajuste macroeconômico em curso e os efeitos de eventos não econômicos. O Copom também destaca que, após o período necessário de ajustes, o ritmo de atividade tende a se intensificar na medida em que a confiança de empresas e famílias se fortaleça e que, no médio prazo, mudanças importantes devem ocorrer na composição da demanda e da oferta agregada, e o consumo tende a crescer em ritmo moderado e os investimentos tendem a ganhar impulso.

De acordo com este cenário, as projeções sobre o desempenho da economia foram periodicamente revisadas ao longo de 2015. O PIB em 2015 foi de -3,8% e o PIB da construção civil deve fechar em -8,8%, em comparação com o ano de 2014, segundo indicadores econômicos do BACEN de 23/03/2016 e relatório de Inflação de dezembro de 2015 do Banco Central (BACEN), respectivamente.

Já o mercado de materiais de construção, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT), o faturamento deflacionado das vendas de materiais de construção em 2015, apresentou redução de 12,9% em relação ao mesmo período de 2014, abaixo da última previsão, divulgada em novembro passado, de -11,0% para o ano de 2015. Segundo a ABRAMAT, o mercado do varejo, das reformas foi afetado em função do aumento do desemprego, queda na renda das famílias e restrições ao crédito; já o mercado das construtoras, sofreu pela falta de confiança na economia por parte das famílias que adiaram a compra do imóvel próprio e pelos empresários que prorrogaram a construção de hotéis, shopping centers, etc., além de outros fatores que afetaram as obras de infraestrutura e o Minha Casa Minha Vida que foi reduzido por falta de recursos.

Comparativamente, o desempenho da receita bruta consolidada da Eternit⁽¹⁾ de -8,2% no ano de 2015, apesar de negativo, foi superior ao do seu setor, conforme informado mais acima. A Companhia operou em linha com a demanda do mercado, tanto na mineração do crisotila como na linha de produtos acabados, produção de fibrocimento e telhas de concreto.

PIB Brasileiro x PIB da Construção Civil x ABRAMAT (%)



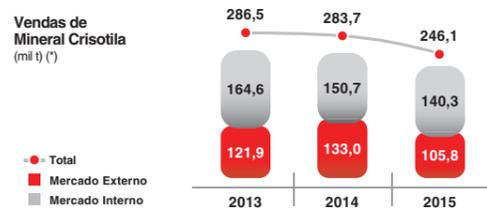
(1) O crescimento da receita bruta consolidada da Eternit é comparando o período acumulado de janeiro a dezembro de 2015 vs. o mesmo período acumulado de 2014, já deflacionado pelo IGP-M.

Fonte: (*) BACEN - projeção do PIB brasileiro e da construção civil no ano. (**) ABRAMAT - projeção das vendas internas deflacionadas de materiais de construção no ano.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Mineral Crisotila

Em 2015 o volume vendido do mineral crisotila totalizou 246,1 mil toneladas, inferior em 13,3% frente ao ano de 2014. No mesmo período comparativo, as vendas internas apresentaram redução de 7,0%, especialmente, em função da queda na demanda por materiais de construção, enquanto o mercado externo apresentou queda de 20,5% decorrente da competitividade dos concorrentes (Rússia e Cazaquistão), em função da forte retroação nos preços de exportação com a forte valorização do dólar nestes países, além da redução das vendas para a Índia devido ao aumento de competitividade das telhas de aço face a disponibilidade de minério de ferro a preço baixo.

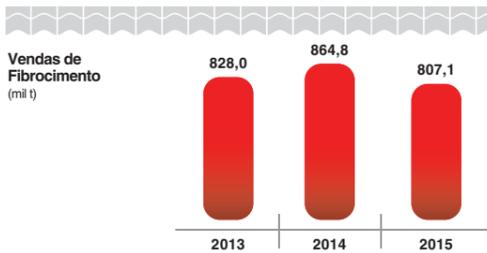


(*) O volume apresentado do mineral crisotila contempla as vendas *intercompany*, que representaram 44,6% do volume vendido para o mercado interno no ano de 2015.

A SAMA manteve sua participação entre as três maiores mineradoras no mercado mundial de produção do crisotila, no ano de 2015.

Fibrocimento

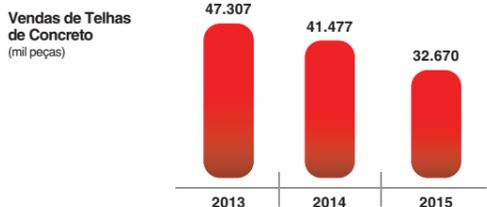
No acumulado do ano de 2015, as vendas de fibrocimento, incluindo soluções construtivas, atingiram 807,1 mil toneladas, 6,7% inferior ao mesmo período do ano anterior, em função, principalmente, da desaceleração do setor de materiais de construção, com aumento do desemprego, queda na renda das famílias e restrições ao crédito, além da diminuição no ritmo de reformas.



A Eternit manteve a liderança no mercado brasileiro de fibrocimento em 2015 com participação superior a 30%.

Telhas de Concreto

No ano de 2015 o volume vendido foi de 32.670 mil peças, 21,2% menor em relação a 2014, ocasionado pela retração de demanda do setor, além da falta de confiança dos consumidores e da redução do ritmo das construtoras, em decorrência das incertezas com a economia.

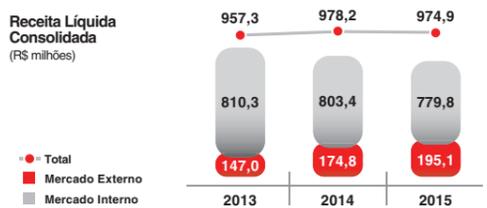


A Tégula manteve a liderança no mercado brasileiro de telhas de concreto com participação de aproximadamente 30% em 2015.

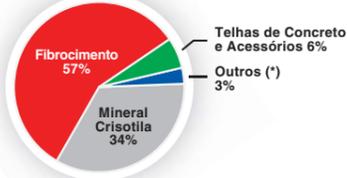
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

Em 2015, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 974,9 milhões, praticamente estável (0,3% inferior) em relação ao mesmo período de 2014. As exportações somaram R\$ 195,1 milhões, aumento de 11,6% em relação a 2014, impulsionadas pela valorização de 41,6% do dólar frente ao real (comparação entre PTAX médio do período), a qual neutralizou integralmente a redução do volume vendido. Já o mercado interno reduziu 2,9%, em função da desaceleração do setor de materiais de construção.



Composição da Receita Líquida Consolidada (2015)



(*) Outros: metais sanitários, telhas metálicas, caixas d'água de polietileno e soluções construtivas, dentre outros.

Custo dos Produtos Vendidos

No ano de 2015, o custo dos produtos vendidos consolidado totalizou R\$ 598,1 milhões, praticamente estável (0,7% superior) em relação ao valor registrado em 2014. Como consequência, a margem bruta manteve-se estável na comparação entre os períodos, encerrando o ano em 39%.

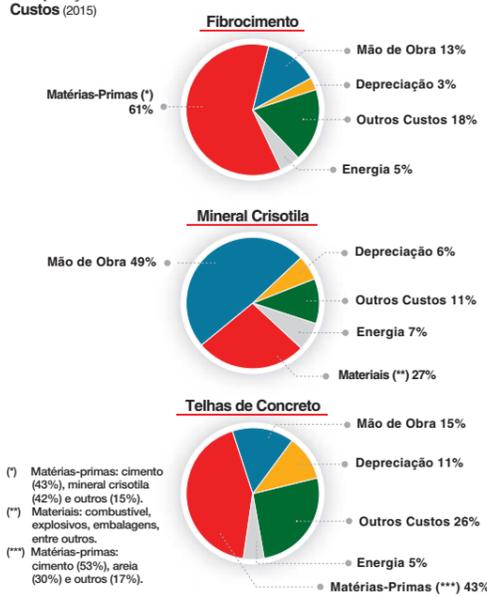
As principais variações nos segmentos de atuação foram:

Mineração do crisotila: aumento de 4% em função do ajuste de utilização de capacidade para equilibrar os níveis de estoques e consequente aumento no custo fixo em função do volume de produção, além de maiores custos com materiais (principalmente, combustível) e elevação no preço da energia elétrica.

Fibrocimento: acréscimo de 3% decorrente do reajuste nas tarifas de energia elétrica e maiores custos com materiais, equipamentos e serviços para manutenção da fábrica.

Telhas de concreto: apesar da redução de 9% no custo dos produtos vendidos, em função de um menor volume de vendas, há que se ressaltar o reajuste no preço da energia elétrica, maior consumo de materiais e acessórios, além dos baixos níveis de produtividade, os quais contribuíram para o aumento do custo unitário.

Composição dos Custos (2015)



(*) Matérias-primas: cimento (43%), mineral crisotila (42%) e outros (15%).

(**) Materiais: combustível, explosivos, embalagens, entre outros.

(***) Matérias-primas: cimento (53%), areia (30%) e outros (17%).

DESPESAS OPERACIONAIS

No ano de 2015, as despesas operacionais totalizaram R\$ 257,0 milhões, 5,8% superior ao registrado em 2014, decorrente da provisão não recorrente para contingência trabalhista referente às Ações Cíveis Públicas de São Paulo ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e pela ABREA para os pedidos que os consultores jurídicos da Companhia julgaram como prováveis, cujo efeito foi neutralizado parcialmente por uma redução nas despesas operacionais diretas, em função de menores volumes de vendas (despesas comerciais) e menor provisão para participação nos resultados, decorrente de um menor resultado do exercício, e créditos previdenciários e extemporâneos de PIS/COFINS de exercícios anteriores, registrados nas demais rubricas das despesas operacionais.

Em R\$ mil	2013	2014	2015	Variação %
Despesas com vendas	(116.734)	(116.528)	(114.704)	(1,6)
Despesas gerais e administrativas	(113.349)	(122.465)	(118.405)	(3,3)
Outras (despesas) receitas operacionais	(1.871)	(3.810)	(23.844)	525,8
Total das despesas operacionais	(231.954)	(242.803)	(256.953)	5,8
Percentual da receita líquida	24%	25%	26%	1 p.p.

RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O resultado da equivalência patrimonial refere-se ao resultado proporcional da fábrica de louças sanitárias no Estado do Ceará, *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC). No ano de 2015 o resultado foi negativo em R\$ 27,7 milhões contra um resultado negativo de R\$ 13,7 milhões apresentado em 2014. O aumento está substancialmente relacionado à baixa utilização da capacidade e variação cambial negativa.

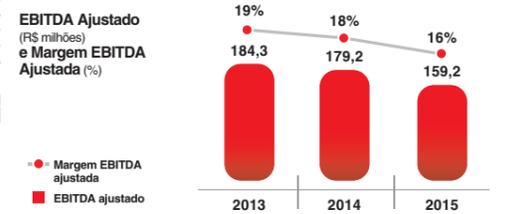
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Em 2015, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 23,5 milhões contra um resultado positivo em R\$ 2,3 milhões de 2014, decorrente principalmente dos efeitos de variação cambial líquida negativa sobre a dívida em moeda estrangeira da Companhia, além de maiores juros sobre financiamento e menores ganhos com aplicações financeiras.

Em R\$ mil	2013	2014	2015	Variação %
Despesas financeiras	(48.553)	(52.674)	(108.735)	106,4
Receitas financeiras	47.535	54.962	85.209	55,0
Resultado financeiro líquido	(1.018)	2.288	(23.526)	-

EBITDA AJUSTADO

Em 2015, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 159,2 milhões, 11,1% menor em relação a 2014, com margem de 16%, decorrente, principalmente, de um resultado bruto operacional menor em 2% (efeito líquido entre menores volumes de vendas e ganhos na exportação do crisotila com a apreciação do dólar frente ao real), além do crescimento das despesas operacionais, conforme acima mencionado.



Reconciliação do EBITDA Consolidado (R\$ mil)

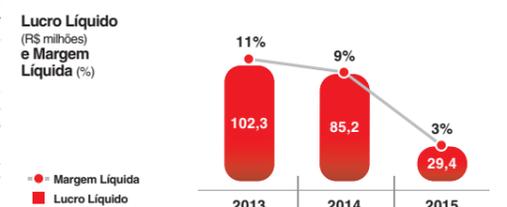
	2013	2014	2015
Lucro líquido	102.256	85.160	29.421
Imposto de renda e contribuição social	39.973	44.924	39.196
Resultado financeiro líquido	1.018	(2.288)	23.526
Depreciação e amortização	34.789	37.704	39.401
EBITDA⁽¹⁾	178.036	165.500	131.544
Resultado da equivalência patrimonial	6.223	13.676	27.661
EBITDA ajustado sobre equivalência patrimonial⁽²⁾	184.259	179.176	159.205

(1) Com o início das operações da *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC), o EBITDA consolidado contempla o seu resultado de acordo com o método da equivalência patrimonial, em linha com a instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527 de 04 de outubro de 2012.

O EBITDA ajustado⁽²⁾ é um indicador utilizado pela Administração da Companhia para analisar o desempenho econômico operacional dos negócios já consolidados, excluindo o resultado da equivalência patrimonial devido a CSC ser uma *joint venture* e seus dados não serem consolidados.

LUCRO LÍQUIDO

A Eternit registrou lucro líquido de R\$ 29,4 milhões em 2015, 65,5% menor em relação a 2014. A margem líquida retraiu 6 pontos percentuais e encerrou o período em 3%, em função dos aspectos comentados no EBITDA ajustado, além de maiores despesas financeiras oriundas de variação cambial sobre endividamento.



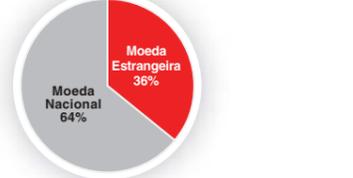
ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o ano de 2015 com uma dívida líquida de R\$ 144,9 milhões, o que equivale a 0,91x o EBITDA ajustado dos últimos doze meses. Em 2015, a dívida bruta da Eternit e de suas controladas somava R\$ 167,3 milhões, principalmente, em função (i) dos títulos de Cédula de Crédito Bancário e Nota de Crédito à Exportação (CCB e NCE) para capital de giro; e (ii) de financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos.

O caixa e equivalentes de caixa mais aplicações financeiras de curto prazo totalizavam R\$ 22,3 milhões, sendo as aplicações financeiras remuneradas com taxas médias de (i) 94,1% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) para as aplicações de curto prazo (operações compromissadas); e (ii) 100,9% da variação do CDI para as aplicações de longo prazo (fundos de investimento), resultando em uma taxa média ponderada de 95,8% da variação do CDI.

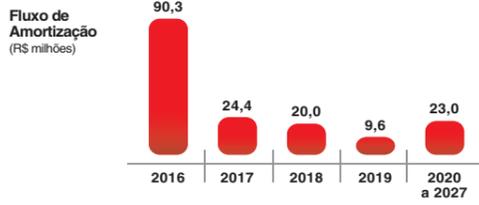
Endividamento (R\$ mil)	2013	2014	2015
Dívida bruta - curto prazo	56.881	88.946	90.307
Dívida bruta - longo prazo	25.799	38.978	76.954
Caixa e equivalentes de caixa	(13.295)	(13.367)	(5.578)
Aplicações financeiras de curto prazo	(35.661)	(35.023)	(16.734)
Dívida Líquida	33.724	79.534	144.949
EBITDA (últimos 12 meses)	178.036	165.500	131.544
Dívida Líquida/EBITDA x	0,19	0,48	1,10
EBITDA ajustado sobre equivalência patrimonial (últimos 12 meses)	184.259	179.176	159.205
Dívida Líquida/EBITDA ajustado x	0,18	0,44	0,91
Dívida Líquida/PL	6,7%	15,4%	29,0%

Origem da Dívida (%)



continua...

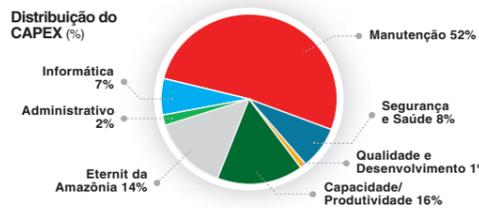
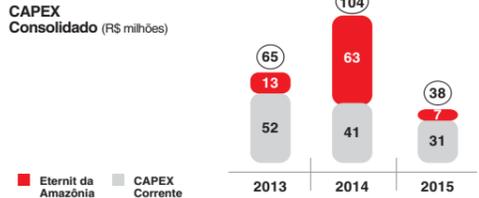
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2015



A dívida em moeda estrangeira, 31 de dezembro de 2015, estava 100% protegida naturalmente com as contas a receber das exportações do crisotila.

CAPEX

No ano de 2015, o CAPEX somou R\$ 37,9 milhões, redução de 63,6% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, sendo (i) R\$ 31,4 milhões à manutenção e atualização do parque industrial do Grupo e (ii) R\$ 6,5 milhões à instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção, na cidade Manaus (AM).



Adicionalmente ao CAPEX de 2015, foram feitos aportes de capital na joint venture CSC no valor de R\$ 18,1 milhões. Nos anos de 2013 e 2014 estes aportes foram no valor de R\$ 29,2 milhões e R\$ 12,0 milhões, respectivamente.

A previsão de CAPEX corrente para o ano de 2016 é cerca de R\$ 21 milhões, para manutenção e atualização do parque industrial, contudo, este montante não contempla eventuais aportes em empresas controladas.

VALOR ADICIONADO

O valor adicionado do ano totalizou R\$ 497,9 milhões, 8,9% menor em relação a 2014. Deste montante, foram destinados 37,9% aos colaboradores, 30,2% aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições. Para os acionistas foram destinados 5,9% do valor adicionado gerado e 26,0% para a remuneração de capital de terceiros.

(R\$ mil)	2013	2014	2015
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	531.730	546.448	497.859
Pessoal	184.431	191.345	188.694
Impostos, taxas e contribuições	173.547	193.814	150.266
Remuneração de capitais de terceiros	71.498	76.130	129.479
Remuneração de capitais próprios	102.254	85.159	29.420
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	531.730	546.448	497.859

PERSPECTIVAS

Em linha com o cenário econômico de incertezas, queda da confiança do consumidor e da atividade industrial, as projeções sobre o desempenho da economia no que se refere ao PIB 2016, em comparação com o ano de 2015, é de -3,6%, segundo relatório FOCUS de 18/03/2016, e o PIB da construção civil de -5,0%, conforme relatório de inflação de dezembro de 2015 do Banco Central (BACEN), reflexo da dinâmica negativa do segmento residencial, impactado por restrições ao financiamento e altos estoques de imóveis.

O déficit habitacional no Brasil, estimado em 5,4 milhões de lares (Fundação João Pinheiro 2011-2012), é composto por famílias que são oneradas excessivamente com aluguel e pela coabitação familiar que representam mais de 75% do déficit, seguidos da habitação precária e adensamento excessivo em domicílios alugados. Embora o programa "Minha Casa Minha Vida" tenha impulsionado a redução do déficit, segundo estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2014, a estimativa é que em 2024, com o crescimento da população, o País terá aproximadamente 16,4 milhões de novas famílias, sendo 10 milhões com renda familiar de até três salários mínimos.

A geração de emprego, a melhora na distribuição de renda, o aumento dos financiamentos, dos investimentos em infraestrutura e das unidades habitacionais a serem construídas para o "Minha Casa Minha Vida", contribuirão para minimizar o problema das moradias, os quais impactarão positivamente os negócios da Companhia, pois haverá aumento da demanda por produtos de nosso portfólio, destinados, principalmente, à construção autogerida.

Para o setor de materiais de construção, condições como o medo do desemprego, da perda de renda pelas famílias e a falta de confiança dos empresários permanecem no início de 2016, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT), além dos meses de janeiro e fevereiro serem períodos onde muitas despesas se acumulam para as famílias (como IPTU, IPVA, entre outros). Diante deste cenário, a ABRAMAT acredita que somente a partir dos meses de abril ou maio poderá haver um início de reação no mercado, desde que medidas como mais crédito ao setor, obras de infraestrutura e a retomada do Minha Casa Minha Vida (Fase 3) sejam implementadas e, portanto, projeta uma retração de -4,5% no faturamento real para o ano de 2016 frente a 2015.

Ainda de acordo com a associação, também poderá contribuir para um cenário mais positivo que 2015 a substituição de importações e aumento das exportações, impulsionadas pelo câmbio. No entanto, aponta que a situação é preocupante e exige medidas urgentes de retomada do crescimento da economia.

A Eternit considera importante levar em consideração os seguintes desafios para o País e setor em que está inserida: as condições de competitividade da indústria nacional frente aos gargalos de infraestrutura, aspectos tributários e valorização do câmbio, manutenção do emprego e renda, políticas econômicas sustentáveis, além do aumento do nível de confiança dos empresários e consumidores.

Para o segmento do fibrocimento, a Eternit usará da força da marca e da sua rede com mais de 15 mil revendas para minimizar os efeitos da crise e operar as suas fábricas com uma utilização maximizada de sua capacidade. Para os demais segmentos, mineração do crisotila e telhas de concreto, as ocupações de capacidade acompanharão a demanda do mercado. Os esforços estarão centrados na redução de custos e despesas de operação, na otimização da logística de distribuição e no aumento da competitividade necessários para o enfrentamento de concorrência acirrada em momentos de baixa ocupação das capacidades de produção instaladas.

De acordo com a estratégia de crescimento orgânico diversificado, a Companhia iniciou, em meados do segundo semestre de 2015, os testes nos equipamentos da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção na cidade de Manaus (AM) e realizou a produção e a comercialização dos primeiros lotes industriais experimentais de fios de polipropileno para os testes de aplicação em escala industrial no fibrocimento.

Já a unidade de louças, no Estado do Ceará, superou importantes gargalos ao longo do ano de 2015, como por exemplo, a redução dos itens importados de baixo valor agregado para complemento da produção e atendimento a demanda, a conclusão pela concessionária com a entrada em operação da linha de gás natural para uso na produção do site e a evolução progressiva nos indicadores de produção. Em 2016, a atividade deverá disponibilizar um portfólio mais diversificado com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio.

Com relação ao aspecto jurídico do mineral crisotila, a Companhia espera que sejam consideradas as evidências técnicas e científicas no julgamento das ações em curso, e se necessário, tomará as medidas legais cabíveis perante os Tribunais.

A Administração permanece atenta aos desdobramentos e impactos que poderão ocorrer em função do atual quadro da economia brasileira e do setor no qual está inserida, realizando suas operações com rigor financeiro e mantendo o foco na sustentabilidade dos negócios, com o objetivo de consolidar a Eternit como uma provedora de matérias-primas, produtos e soluções para a construção civil.

A Companhia, independente dos desafios citados acima, acredita na retomada do crescimento da economia brasileira e, principalmente, do setor em que atua.

6. MERCADO DE CAPITAIS

A Eternit possui registro em bolsa desde 1948 e, desde 2006, tem suas ações negociadas no Novo Mercado, nível máximo de governança corporativa da BM&FBOVESPA, sob o código ETER3, e faz parte de quatro índices de ações da BM&FBOVESPA, sendo: IGEX (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada), IGMN (Índice Governança Corporativa - Novo Mercado), INDX (Índice do Setor Industrial) e ITAG (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado).

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a base acionária da Companhia manteve alta concentração de acionistas pessoas físicas, sendo composta em 31 de dezembro de 2015 por 70,6% de pessoas físicas, 7,9% de investidores estrangeiros e 21,5% de pessoas jurídicas, clubes, fundos de investimentos e fundações.

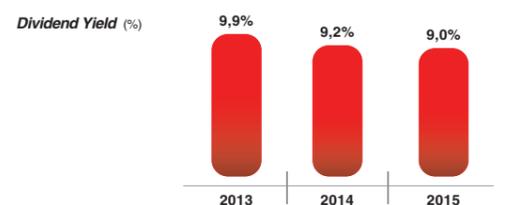
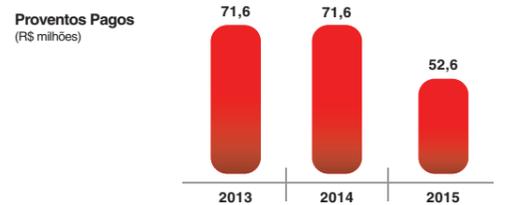
A base acionária finalizou o ano de 2015 com 11.025 acionistas, ou seja, um crescimento de 17,8% em relação ao número de acionistas registrados em 2014. O free float da Companhia encerrou o trimestre em 84,7%, excluindo as ações em tesouraria e deidas pela Administração, conforme metodologia do Regulamento do Novo Mercado.

A cotação de R\$ 2,09 das ações da Eternit (ETER3) em dezembro de 2015 resultou em uma desvalorização de 35,7% quando comparado a dezembro de 2014. No mesmo período o IBOVESPA fechou em 43.349 pontos, uma desvalorização de 13,3%. Em 30 de dezembro de 2015, o valor de mercado da Eternit era de R\$ 374,1 milhões.

	Mercado de Capitais				
	4T14	1T15	2T15	3T15	4T15
Cotação de Fechamento (R\$/ação) - Sem proventos	3,25	2,98	2,82	1,74	2,09
Volume Médio Diário (Quantidade)	139.600	127.643	217.902	169.306	217.792
Volume Médio Diário (R\$)	492.597	390.795	655.679	381.526	442.848
ETER3 - Variação trimestral (%)	-	(8,3)	(5,4)	(38,3)	20,1
ETER3 - Variação nos últimos 12 meses (%)	-	(28,6)	(33,6)	(55,8)	(35,7)
IBOVESPA - Variação trimestral (%)	-	2,3	3,8	(15,1)	(3,8)
IBOVESPA - Variação nos últimos 12 meses (%)	-	1,5	(0,2)	(16,7)	(13,3)
Valor de Mercado (R\$ milhões)	581,8	533,4	504,8	311,5	374,1

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 2015 o *dividend yield* foi de 9,0% e os proventos pagos a título de dividendos e juros sobre capital próprio foram de R\$ 52,6 milhões, R\$ 0,2940 por ação.



⁽²⁾ *Dividend yield* = Retorno do dividendo: é o resultado da divisão dos proventos (dividendos + juros sobre o capital próprio) por ação, distribuídos durante o exercício (base: data do pagamento), pela cotação de fechamento no exercício anterior.

CANCELAMENTO DO PROGRAMA DE ADR NÍVEL 1

Na reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 16 de abril de 2015, foi deliberado e aprovado o cancelamento de seu Programa de American Depositary Receipts Nível 1 ("Programa de ADRs Nível 1"), junto a "Securities and Exchange Commission - SEC", devido ao pequeno volume de ADRs transacionados.

7. EVENTOS SUBSEQUENTES

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 28 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra para aquisição de até 2.000.000 (dois milhões) de ações de sua própria emissão para permanência em tesouraria e posteriormente poderão ser alienadas ou canceladas, sem redução do capital social. As aquisições poderão ser realizadas pelo prazo de até 12 meses (doze meses), com início em 29 de janeiro de 2016 e término em 28 de janeiro de 2017.

8. QUESTÃO JURÍDICA DO MINERAL CRISOTILA

Ação Civil Pública ajuizada perante a Vara do Trabalho de São Paulo

Nesta ação se discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da unidade industrial cujas atividades foram encerradas no início dos anos 1990. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA também Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Ambas ações, em 01 de março de 2016, foram julgadas em primeira instância parcialmente procedentes. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A provisão foi constituída considerando as incertezas que rodeiam o valor reconhecido por vários meios de acordo com as circunstâncias. Os procedimentos contábeis (CPC 25.39) preveem que a mensuração de provisão que envolve uma variada quantidade de itens, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.

A Eternit tomará todas as medidas legais cabíveis para reverter a decisão de 1ª instância acima perante os Tribunais.

9. RECONHECIMENTOS

As diversas premiações demonstram que a Companhia leva a sério o que faz por todos os seus *stakeholders*. Durante 2015, as empresas do Grupo Eternit conquistaram diversos prêmios importantes nas áreas de Recursos Humanos e Marketing e Produtos, como uma das 150 Melhores Empresas para se Trabalhar pelo Guia 2015 da Revista Você S/A e Prêmio Época ReclameAQUI 2015. Para conhecer os demais prêmios, acesse www.eternit.com.br, www.sama.com.br, www.eternit.com.br/ri.

10. CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social, a Companhia informa que está vinculada na Câmara de Arbitragem do Mercado desde agosto de 2006.

11. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Ao longo do exercício de 2015, a Eternit utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. e da Sama S.A. Minerações Associadas para o exercício de 2015, e para as informações financeiras intermediárias referentes aos trimestres (ITR) de 31 de março de 2015, 30 de junho de 2015 e 30 de setembro de 2015 da Eternit S.A.

A Companhia contratou serviços de consultoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para o exercício de 2015 conforme descrito abaixo:

- (i) Natureza do serviço: acompanhamento e apuração de informações referente aos processos de continuidade do benefício da Lei do Bem. Início da contratação em 2014 e finalização em 2015;
- (ii) Natureza do serviço: revisão da evidência das divulgações das demonstrações financeiras de acordo com a Orientação Técnica OCP 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Início da contratação em 2014 e finalização em 2015;
- (iii) Natureza do serviço: revisão de crédito extemporâneos para PIS e COFINS. Início da contratação em 2014 e finalização em 2015.

O valor total dos serviços de consultoria foi de R\$ 636.235,76 (seiscentos e trinta e seis mil, duzentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos) e equivale a 65,6% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

A Administração da Companhia informa que tem como política não contratar os auditores independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A Administração, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados não geram conflito de interesse, e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

12. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os Membros da Diretoria da Eternit S.A., declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 24 de março de 2016.

Eternit S.A.
A Diretoria

13. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Para informações adicionais sobre a Companhia e seu mercado de atuação, acesse o site de Relações com Investidores www.eternit.com.br/ri e/ou contate a equipe de RI ri@eternit.com.br.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, órgãos reguladores, parceiros e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2015, pelo apoio e confiança no futuro; confiando no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

São Paulo, 28 de março de 2016.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014			31/12/2015	31/12/2014		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.850	5.711	5.578	13.367	Fornecedores	13	23.922	22.858	41.420	42.151
Aplicações financeiras	5	3.114	15.726	16.734	35.023	Partes relacionadas	10	12.256	7.672	-	-
Contas a receber	6	73.337	71.327	172.342	175.933	Empréstimos e financiamentos	14	6.327	3.066	90.307	88.946
Estoque	7	108.428	69.395	184.383	148.093	Obrigações com pessoal	15	14.858	12.738	27.722	28.657
Impostos a recuperar	8	7.638	6.035	15.083	10.373	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.e	7.534	17.897	7.534	17.897
Partes relacionadas	10	30.447	27.196	2.818	2.427	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	2.749	2.511	4.890	3.677
Outros ativos circulantes		7.501	4.971	15.382	9.682	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	10.697	11.866	19.867	29.181
		233.315	200.361	412.320	394.898	Outros passivos circulantes		5.940	3.060	14.080	10.743
Ativo mantido para a venda		-	553	-	553	Total do passivo circulante		84.283	81.668	205.820	221.252
		-	553	-	553						
Total do ativo circulante		233.315	200.914	412.320	395.451	Não circulante					
						Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	31.839	27.730	44.437	41.654
Não circulante						Empréstimos e financiamentos	14	16.294	5.129	76.954	38.978
Depósitos judiciais		11.576	8.703	19.003	15.307	Partes relacionadas	10	40.728	31.763	-	-
Impostos a recuperar	8	24.081	22.915	24.765	24.456	Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	21	47.096	26.226	84.281	59.549
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	34.264	24.750	63.823	53.299	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	6.477	7.787	8.969	10.605
Partes relacionadas	10	9.711	29.297	-	726	Provisão para desmobilização da mina	30	-	-	12.617	10.718
Investimentos	9	251.859	256.080	24.782	34.338	Outros passivos não circulantes		-	-	-	300
Imobilizado	11	154.920	145.659	354.047	341.684	Total do passivo não circulante		142.434	98.635	227.258	161.804
Intangível	12	6.950	6.437	31.647	30.622						
Outros ativos não circulantes		339	339	2.807	1.981	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		493.500	494.180	520.874	502.413	Capital social	18.a	334.251	334.251	334.251	334.251
						Reserva de capital		19.460	19.460	19.460	19.460
						Ações em tesouraria		(174)	(174)	(174)	(174)
						Reservas de lucros		155.738	168.745	155.738	168.745
						Outros resultados abrangentes		(9.177)	(7.491)	(9.177)	(7.491)
						Patrimônio líquido atribuído a acionistas não minoritários		500.098	514.791	500.098	514.791
						Participações acion					

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Receita operacional líquida	22	511.090	507.865	974.872	978.154
Custos dos produtos e mercadorias vendidas	23	(384.403)	(370.995)	(598.115)	(593.879)
Lucro bruto		126.687	136.870	376.757	384.275
Receitas (despesas) operacionais	23	(58.313)	(59.715)	(114.704)	(116.528)
Despesas com vendas					
Gerais e administrativas	23	(48.272)	(43.582)	(106.961)	(111.780)
Remuneração da administração		(7.121)	(8.501)	(11.444)	(10.685)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(25.115)	(3.285)	(23.844)	(3.810)
Resultado da equivalência patrimonial	9	45.116	63.774	(27.661)	(13.676)
Total das receitas (despesas) operacionais		(93.705)	(51.309)	(284.614)	(256.479)
Despesas financeiras	25	(19.804)	(19.692)	(108.735)	(52.674)
Receitas financeiras	25	7.762	20.732	85.209	54.962
Resultado financeiro líquido		(12.042)	1.040	(23.526)	2.288
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		20.940	86.401	68.617	130.084
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	20	-	(858)	(48.851)	(41.309)
Diferidos	20	8.480	(384)	9.655	(3.615)
Lucro líquido do exercício		29.420	85.159	29.421	85.160
Atribuível a:					
Acionistas não minoritários		29.420	85.159	29.420	85.159
Acionistas minoritários		-	-	1	1
Lucro líquido do exercício		29.420	85.159	29.421	85.160
Lucro líquido por ação, básico e diluído - R\$	18	0,16	0,48	0,16	0,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	22	679.553	680.030	1.235.017
Outras receitas		100	19	49.689
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber		(1.493)	(655)	(2.512)
Total		678.160	679.394	1.283.262
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(326.501)	(319.423)	(547.506)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(153.783)	(118.556)	(185.782)
Perda/recuperação de valores ativos		(6.818)	(7.474)	(7.808)
Outros descontos, abatimentos e doações		(3.100)	(4.426)	(5.518)
Total		(490.202)	(449.879)	(746.614)
Valor adicionado bruto		187.958	229.515	472.205
Depreciação, amortização e exaustão	11/12	(13.470)	(11.995)	(39.401)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		174.488	217.520	432.804
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	9	45.116	63.774	(27.661)
Receitas financeiras	25	7.762	20.732	85.209
Outras		3.983	13.964	7.507
Total		56.861	98.470	65.055
Valor adicionado total a distribuir		231.349	315.990	497.859
Pessoal:				
Remuneração direta		69.177	64.190	127.943
Benefícios		26.618	24.098	49.173
FGTS		6.181	5.906	11.578
Total		101.976	94.194	188.694
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais		57.161	72.281	100.616
Estaduais		14.280	35.604	45.815
Municipais		1.832	1.662	3.835
Total		73.273	109.547	150.266
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros		19.804	19.692	108.735
Aluguéis		6.876	7.398	20.744
Total		26.680	27.090	129.479
Remuneração de capitais próprios:				
Dividendos	18	1.611	47.688	1.611
Juros sobre o capital próprio	18	23.083	23.889	23.083
Lucros retidos	18	4.726	13.582	4.726
Total		29.420	85.159	29.420
Total		231.349	315.990	497.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício		29.420	85.159	29.421
Outros resultados abrangentes				
Ganho/perda líquido na atualização do plano de benefício definido		(3.040)	(3.283)	(2.555)
Eleito de imposto de renda e contribuição social		1.034	1.116	869
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes		320	(1.881)	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos		(1.686)	(4.048)	(1.686)
Resultado abrangente do exercício		27.734	81.111	27.735
Atribuível a:				
Acionistas não minoritários		27.734	81.111	27.734
Acionistas minoritários		-	-	1
Total		27.734	81.111	27.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		20.940	86.401	68.617
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Resultado da equivalência patrimonial	9	(45.116)	(63.774)	27.661
Depreciação e amortização	11/12	13.470	11.995	39.401
Resultado na baixa de ativos permanentes	24	(100)	(405)	165
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	6	1.493	655	2.531
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	23.605	2.912	27.467
Provisão para perdas diversas		1.040	1.869	2.928
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		6.745	1.574	13.021
Rendimento de aplicações financeiras		(993)	(2.194)	(3.331)
Variação líquida despesas antecipadas		2.886	1.561	5.067
Total		23.970	40.594	183.527
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber		(3.503)	(1.776)	(669)
Partes relacionadas a receber	10a.	(5.150)	7.697	(391)
Estoques	7	(38.766)	14.990	(36.023)
Impostos a recuperar		(1.836)	11.616	(4.085)
Depósitos judiciais		(4.765)	(1.685)	(5.588)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		98.341	76.981	-
Outros ativos		(5.389)	(1.958)	(12.209)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	13	1.064	193	(731)
Partes relacionadas a pagar	10a.	4.584	429	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(5.893)	(83)	(6.617)
Provisões e encargos sociais	15	2.120	(242)	(935)
Outros passivos		2.807	(2.137)	2.964
Juros pagos		(411)	(492)	(4.782)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(56.829)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		67.173	144.127	57.632
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Mútuos com empresas ligadas a receber	10	19.585	(19.574)	726
Recebimento pela venda de imobilizado	24	784	577	876
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11/12	(23.161)	(25.608)	(37.944)
Adição de variação cambial capitalizada	11	(107)	-	(14.524)
Aporte de capital em controladas	9	(47.627)	(28.480)	(18.105)
Aplicações financeiras de curto prazo		(93.136)	(146.820)	(277.192)
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		106.740	143.185	298.812
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(36.922)	(76.270)	(47.351)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos		14.915	7.177	246.870
Amortização de empréstimos e financiamentos		(3.633)	(8.676)	(215.838)
Mútuos com empresa ligada		4.708	(468)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(49.102)	(69.245)	(49.102)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(33.112)	(71.212)	(18.070)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(2.861)	(3.805)	(7.789)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	4	5.711	9.516	13.367
No fim do exercício	4	2.850	5.711	5.578
Total		(2.861)	(3.805)	(7.789)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Reservas de capital				Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Subvenção para investimentos	Agio na aquisição de ações	Ações em tesouraria	Estatutária	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados				
Saldos em 01 de janeiro de 2014	334.251	19.649	23	(174)	26.990	30.630	98.187	-	(3.443)	506.113	16	506.129
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	85.159	-	85.159	1	85.160
Constituição de reservas	-	-	-	-	4.258	4.258	5.066	(13.582)	-	-	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.048)	(4.048)	-	(4.048)
Reversão reserva subvenção investimento	-	(212)	-	-	3	3	(650)	-	-	(856)	-	(856)
Destinação do lucro líquido:												
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,134 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(23.889)	-	(23.889)	-	(23.889)
Dividendos - R\$ 0,267 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(47.688)	-	(47.688)	-	(47.688)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	334.251	19.437	23	(174)	31.251	34.891	102.603	-	(7.491)	514.791	17	514.808
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	160	-	-	160	-	160
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	29.420	-	-	29.420	1	29.421
Constituição de reservas	18	-	-	-	1.471	1.471	1.784	(4.726)	-	-	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	(1.686)	(1.686)	-	(1.686)
Destinação do lucro líquido:												
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,166 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(23.083)	-	(23.083)	-	(23.083)
Dividendos - R\$ 0,072 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(11.272)	-	(11.272)	-	(11.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	86.654	-	(9.177)	500.098	18	500.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA, no segmento Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 18).

A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Conta atualmente com 14 unidades industriais no Brasil, com filiais nas principais cidades brasileiras.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

Empresas	Participação (%)	Capital votante (%)	Localização da sede	Atividade principal
SAMA S.A.	99,99%	99,99%	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do mineral crisotila.
Tégua Soluções para Telhados Ltda.	99,99%	99,99%	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda.	99,99%	99,99%	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Engedis Distribuição Ltda.	99,94%	99,94%	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Wagner Ltda.	99,84%	99,84%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Wagner da Amazônia Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	99,99%	99,99%	Manaus/AM	desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	60,00%	60,00%	Caucaia/CE	Industrialização, importação, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo, assim como os dados correlacionados à informação por segmento estão descritos na nota explicativa nº 26.

Eventos operacionais relevantes

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contêm.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibiam a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira são convertidos, utilizando a taxa vigente na data da transação.

2.5. Instrumentos financeiros

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

Agestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio. Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Outros passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Em 31 de dezembro 2015, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

2.6. Norma, alterações e interpretações de normas

A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas que estão em vigor mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Companhia e entram em vigor em ou após 1 de janeiro de 2016.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma, além das perdas incorridas será necessário registrar as perdas estimadas. Vigência a partir de 01/01/2018.	O Grupo não espera que o IFRS 9 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A norma substituirá a IAS 11 - Contratos de construção e a IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações; os principais objetivos são: (i) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) fornecer um modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro, tendo maior efetividade de alteração nos ramos de telecomunicações e Incorporação Imobiliária. Vigência alterada para a partir de 01/01/2018.	O Grupo não espera que a alteração na norma não traz impacto ao seu ramo de atividade.
Alteração CPC 27 (IAS 16) e CPC 29 (IAS 41)	A norma diferencia o ativo biológico, entendido como um animal vivo ou uma planta viva, em consumível e de produção. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo entende que a alteração na norma não traz impacto ao seu ramo de atividade.
Alteração IFRS 11 - Negócios em Conjunto	A norma estabelece que a entidade participante de uma joint venture (negócio em conjunto) deve aplicar os princípios relevantes relacionados ao business combination (combinação de negócios), inclusive preparando as divulgações requeridas pela norma aplicável à operação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que o IFRS 11 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Adoção do IFRS 16 - Leases (atualmente IAS 17 Leases and Issued) - CPC 06	A norma não altera o entendimento sobre o arrendamento mercantil onde podemos efetivar o registro como leasing financeiro ou operacional, entretanto a nova norma prevê a facilidade de um registro único para o caso de arrendamento financeiro. Já previsto no IAS 17. Vigência a partir de 01/01/2019.	O Grupo não espera que o IFRS 16 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	O objetivo da publicação é estabelecer que não é apropriado definir a base de depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo, por parte da entidade, dos futuros benefícios econômicos de um ativo. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações da IAS 16 e 38 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 6 (CPC 34 Exploração e avaliação de recursos minerais)	O objetivo deste pronunciamento é regulamentar a melhor forma de classificação e mensuração da atividade de exploração de recursos minerais, em virtude da continuidade nas discussões junto ao IASB e demais órgãos internacionais em relação à norma, o CPC decidiu não emitir devido a revisão dos órgãos competentes internacionais. Aprovação e vigência não determinada.	O Grupo está em constante atualização para avaliação dos impactos a esta norma.
IAS 29 (CPC 42 Contabilidade e Evidenciação em Economia Hiperinflacionária)	A norma estabelece critérios de correção às demonstrações financeiras em países de economia com situação de alta inflação. O CPC não aprovou o pronunciamento tendo em vista a experiência anterior com a correção integral das demonstrações financeiras. Aprovação e vigência não determinada.	O Grupo está em constante atualização para avaliação dos impactos a esta norma.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1. Recuperabilidade do ativo por expectativa de rentabilidade futura

Para determinar se o ativo apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o

ativo foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Não houve redução ao valor recuperável do ativo.

3.2. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.3. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

3.4. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

3.5. Provisão para benefício pós emprego

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	2.850	5.711	5.463	11.690
Aplicações em certificados de depósitos bancários compromissados	-	-	115	1.677
	2.850	5.711	5.578	13.367

Em 31 de dezembro de 2015 as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 94,1% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (102% em 31 de dezembro de 2014). Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de investimentos	3.114	15.726	16.734	35.023

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, operações compromissadas, remuneradas pelas taxas médias de 100,9% da variação do CDI (102% em 31 de dezembro de 2014).

São aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade do Grupo.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mercado interno	77.222	74.634	111.336	109.199
Mercado externo	-	-	69.316	73.753
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(319)	(330)
	77.222	74.634	180.333	182.622
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa	(3.885)	(3.307)	(7.991)	(6.689)
	73.337	71.327	172.342	175.933

Composição do saldo de clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	68.163	69.637	153.946	166.787
Valores vencidos:				
Até 30 dias	2.690	1.098	14.439	6.933
Entre 31 e 60 dias	536	293	1.319	1.444
Acima de 60 dias	1.948	299	2.638	769
	73.337	71.327	172.342	175.933

9. INVESTIMENTOS

A seguir, são apresentados o detalhe dos investimentos das controladas e da controlada em conjunto da Companhia:

Resumo da composição dos investimentos

	Controladora							Total	
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	CSC	Tégula	Wagner		
Investimentos	29.265	26.891	7.821	86.101	24.782	56.106	4.134	235.100	
Mais valia dos ativos líquidos	-	-	-	16.559	-	-	-	-	16.559
Saldo em 31 de dezembro de 2015	29.265	26.891	7.821	102.660	24.782	56.106	4.134	251.659	
Em 01 de janeiro de 2014	(738)	20.221	8.058	108.311	36.032	71.787	4.058	247.729	
Dividendos	-	(7.121)	(2.803)	(65.691)	-	-	-	(75.615)	
Juros sobre o capital próprio	-	(955)	-	(4.509)	-	-	-	(5.464)	
Resultado da equivalência patrimonial	(4.075)	11.842	3.080	70.935	(13.676)	(4.455)	123	63.774	
Reversão Correção Monetária Complementar - IFRS	-	(2)	(505)	(221)	-	(198)	(17)	(943)	
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	(1.881)	-	-	-	(1.881)	
Aporte de capital	16.498	-	-	-	11.982	-	-	28.480	
Em 31 de dezembro de 2014	11.685	23.985	7.830	106.944	34.338	67.134	4.164	256.080	
Dividendos	-	(8.035)	(822)	(81.682)	-	-	-	(90.539)	
Juros sobre o capital próprio	-	(1.408)	-	(5.537)	-	-	-	(6.945)	
Resultado da equivalência patrimonial	(11.942)	12.349	813	82.615	(27.661)	(11.028)	(30)	45.116	
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	320	-	-	-	320	
Aporte de capital	29.522	-	-	-	18.105	-	-	47.627	
Em 31 de dezembro de 2015	29.265	26.891	7.821	102.660	24.782	56.106	4.134	251.659	

O saldo de investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 24.782 (R\$ 34.338 em 31 de dezembro de 2014) refere-se ao investimento na controlada em conjunto CSC.

Demonstramos abaixo os saldos das empresas controladas e participação em controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2015:

	Controladas						Controladas em Conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner	
Ativo circulante	13.731	28.919	1.052	155.770	29.959	929	79.247
Ativo não circulante	91.408	15.727	6.996	115.989	50.608	4.785	121.953
Passivo circulante	15.949	13.879	227	121.443	11.710	19	63.051
Passivo não circulante	59.238	3.875	-	58.516	12.745	1.554	96.845
Patrimônio líquido	29.952	26.892	7.821	91.800	56.112	4.141	41.304
Participação proporcional	99,9900%	99,9946%	99,9977%	99,9977%	99,9900%	99,8400%	60%
Valor contábil do investimento	29.949	26.891	7.821	91.798	56.106	4.134	24.782
Receita operacional líquida	14.703	75.205	-	425.533	61.529	-	44.091
Custo dos produtos vendidos	(12.343)	(51.755)	-	(214.136)	(46.017)	-	(49.689)
Lucro não realizado nos estoques	684	-	-	1.056	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) de operações em continuidade	(11.943)	12.349	813	82.618	(11.029)	(30)	(46.101)
Atribuível à:							
Participação da Companhia	(11.942)	12.348	813	82.616	(11.028)	(30)	(27.661)

10. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo:		
Ativo circulante		
Eternit da Amazônia (ii)	255	53
Precon (i)	1.096	980
SAMA (ii)	1.254	311
Tégula (i) e (ii)	171	127
Companhia Sulamericana de Cerâmica (i) e (ii)	2.818	2.427
	5.594	3.898
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber:		
SAMA	17.848	19.974
Prel	122	654
Precon	2.723	1.964
Tégula	706	706
	21.399	23.298
Adiantamento a fornecedores: Eternit da Amazônia (i)	3.454	-
	3.454	-
Total do ativo circulante	30.447	27.196
Ativo não circulante		
Mútuo		
Companhia Sulamericana de Cerâmica (iii)	-	726
Tégula (iii)	9.711	8.421
Eternit da Amazônia (iii)	-	20.150
Total do ativo não circulante	9.711	29.297
Total do ativo	40.158	56.493

Movimentação da perda estimada em crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	(3.307)	(3.281)	(6.689)	(6.011)
Adição	(1.720)	(734)	(2.786)	(1.531)
Reversão	227	79	255	87
Baixa	915	629	1.229	766
Saldo final	(3.885)	(3.307)	(7.991)	(6.689)

7. ESTOQUES

Política contábil

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	61.591	36.060	110.595	88.370
Produtos semi-acabados	-	-	3.486	2.444
Revenda	8.371	7.749	11.700	12.343
Matérias-primas	32.438	21.793	33.936	21.503
Materiais auxiliares	7.626	5.658	26.637	25.711
(-) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido (*)	(1.59			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Vendas		Compras		Despesa		Outras receitas	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Precon	1.906	2.710	707	-	-	-	-	-
Tégula	209	464	-	-	-	-	-	-
SAMA	-	-	81.958	78.335	-	-	-	-
Eternit da Amazônia	-	-	14.703	-	-	-	-	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica	299	1.706	-	-	-	-	-	-
Descontos obtidos - Sama	-	-	-	30	-	-	-	-
Despesas administrativas - Prel	-	-	-	-	1.101	1.056	-	-
Juros sobre mútuo SAMA	-	-	-	-	4.269	3.124	-	-
Tégula	-	-	-	-	-	-	1.163	844
Companhia Sulamericana de Cerâmica	-	-	-	-	-	-	1.209	310
JCP - Sama	-	-	-	-	-	-	5.538	4.509
JCP - Precon	-	-	-	-	-	-	1.408	955
Total	2.414	4.880	97.368	78.365	5.370	4.180	9.318	6.618

As transações de compras e vendas entre partes relacionadas em condições estabelecidas entre as partes. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existem garantias em aberto com partes relacionadas, e não existem provisões para redução de saldo de contas a receber de partes relacionadas.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários, honorários e benefícios	5.100	4.599	6.201	5.559
Encargos sociais	1.365	1.288	1.702	1.599
Participação nos lucros - PLRE	1.859	1.797	2.066	2.372
PLRE complementar	714	735	737	1.062
Benefícios pós-emprego	87	82	114	93
Total	9.125	8.501	10.820	10.685

do diretor. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02. O plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento baseado em ações (CPC 10 R1 - Pagamento Baseado em Ações), uma vez que o executivo não recebe ações diretamente da Eternit, e sim, recebe o montante equivalente a até 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a posição acionária da Diretoria era de 1.852.748 ações - ETER3 (2.121.148 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Em dezembro de 2014

	31/12/2014
Compra	2.121.148
Venda	(361.800)
Total	1.852.748

11. IMOBILIZADO

Política contábil
O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São

registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis, excluindo o ágio
No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Custo	Controladora								Total	
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática		Imobilizações em andamento
Saldo em 01 de janeiro de 2014	701	32.804	101.651	12.955	79.088	2.787	5.743	4.004	38.164	277.897
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	19.511	19.511
Baixas	(553)	(16)	(664)	(4)	(178)	(1.221)	(73)	(196)	(14.473)	(17.378)
Transferências	1.873	697	9.027	131	4.836	93	374	543	(17.574)	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	3.352	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.021	33.485	110.014	13.082	83.746	1.659	6.044	4.351	28.980	283.382
Adições	-	-	1.408	-	-	-	-	-	19.929	21.337
Baixas	-	-	(19)	-	(6)	(244)	(11)	(71)	(38.561)	(351)
Transferências	1.157	1.769	31.590	454	2.758	-	378	455	-	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	107	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.178	35.254	142.993	13.536	86.498	1.415	6.411	4.735	10.455	304.475
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	15%	10%	20%	10%	20%	-	-
Depreciação acumulada										
Saldo em 01 de janeiro de 2014	-	(19.353)	(45.646)	(9.738)	(46.113)	(2.056)	(2.736)	(2.830)	-	(128.472)
Adições	-	(742)	(2.934)	(928)	(5.509)	(120)	(477)	(393)	-	(11.103)
Baixas	-	16	273	2	173	1.140	54	194	-	1.852
Transferências	-	-	29	-	(30)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(20.079)	(48.278)	(10.664)	(51.479)	(1.036)	(3.158)	(3.029)	-	(137.723)
Adições	-	(791)	(3.804)	(748)	(5.708)	(71)	(495)	(435)	-	(12.052)
Baixas	-	-	19	-	1	120	9	71	-	220
Transferências	-	-	(3)	-	3	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(20.870)	(52.066)	(11.412)	(57.183)	(987)	(3.644)	(3.393)	-	(149.555)
Valor residual										
Em 01 de janeiro de 2014	701	13.451	56.005	3.217	32.975	731	3.007	1.174	38.164	149.425
Em 31 de dezembro de 2014	2.021	13.406	61.736	2.418	32.267	623	2.886	1.322	28.980	145.659
Em 31 de dezembro de 2015	3.178	14.384	90.927	2.124	29.315	428	2.767	1.342	10.455	154.920

Custo	Consolidado										Total			
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática		Desmobilização da mina	Obras de contenção na mina	Imobilizações em andamento
Saldo em 01 de janeiro de 2014	4.084	81.540	195.773	27.570	26.273	216.394	24.705	4.539	17.328	8.453	5.778	13.387	43.784	670.058
Adições	-	25	627	-	7	92	855	-	52	119	-	-	94.077	95.854
Baixas	(553)	(906)	(1.461)	(7)	(6)	(178)	(2.435)	(2.763)	(194)	(309)	-	-	-	(8.812)
Transferências	1.873	1.360	12.865	2.495	131	13.860	550	-	1.052	1.052	-	-	(35.238)	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.599	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.404	82.019	207.804	30.058	26.855	230.168	23.675	1.776	18.238	9.315	5.778	13.387	107.222	761.699
Adições	-	-	1.418	-	13	-	-	-	-	10	-	-	47.526	48.967
Baixas	-	(276)	(3.627)	(2)	(18)	(474)	(58)	(655)	(357)	-	-	-	(5.467)	-
Transferências	1.157	6.368	121.732	657	454	10.460	473	-	728	731	-	-	(142.760)	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	844	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.561	88.111	327.327	30.713	27.322	240.610	23.674	1.718	18.311	9.699	5.778	13.387	12.832	806.043
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	28,4%	15%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação acumulada														
Saldo em 01 de janeiro de 2014	-	(47.981)	(105.171)	(19.062)	(19.973)	(158.415)	(16.680)	(4.041)	(8.559)	(6.218)	(1.319)	(3.575)	-	(390.994)
Adições	-	(1.752)	(6.311)	(4.491)	(2.369)	(11.925)	(5.561)	(180)	(1.575)	(796)	(231)	(696)	-	(35.887)
Baixas	-	565	703	7	4	173	2.334	2.617	161	302	-	-	-	6.866
Transferências	-	-	28	-	(30)	-	-	-	(2)	4	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(49.168)	(110.751)	(23.546)	(22.338)	(170.197)	(19.907)	(1.604)	(9.975)	(6.708)	(1.550)	(4.271)	-	(420.015)
Adições	-	(1.824)	(9.604)	(4.265)	(2.137)	(14.354)	(1.467)	(124)	(1.256)	(886)	(231)	(812)	-	(36.960)
Baixas	-	11	3.617	2	-	16	296	58	622	357	-	-	-	4.979
Transferências	-	-	1	-	3	-	-	-	(4)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(50.981)	(116.737)	(27.809)	(24.475)	(184.532)	(21.078)	(1.670)	(10.613)	(7.237)	(1.781)	(5.083)	-	(451.996)
Valor residual														
Em 01 de janeiro de 2014	4.084	33.559	90.602	8.508	6.750	57.979	8.025	498	8.769	2.235	4.459	9.812	43.784	279.064
Em 31 de dezembro de 2014	5.404	32.851	97.053	6.512	4.517	59.971	3.768	172	8.263	2.607	4.228	9.116	107.222	341.684
Em 31 de dezembro de 2015	6.561	37.130	210.590	2.904	2.847	56.078	2.596	48	7.698	2.462	3.997	8.304	12.832	354.074

Em razão de processos judiciais, a controlada SAMA ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor residual de R\$ 567 (R\$ 1.172 em 31 de dezembro de 2014).

12. INTANGÍVEL

Política contábil

Intangível
Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ágio
O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada ao valor recuperável. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, excluindo o ágio
As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

Custo	Controladora			Total
	Software em andamento	Outros		
Saldo em 01 de janeiro de 2014	-	-	-	-
Adições	7.230	2.844	11	10.085
Transferência	133	2.612	-	2.745
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.363	5.456	11	12.830
Adições	1.938	1.931	-	3.869
Transferência	(1.938)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.363	7.387	11	14.761
Amortização				
Saldo em 01 de janeiro de 2014	(5.501)	-	-	(5.501)
Adições	(892)	-	-	(892)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(6.393)	-	-	(6.393)
Adições	(1.418)	-	-	(1.418)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(7.811)	-	-	(7.811)
Valor residual				
Saldo em 01 de janeiro de 2014	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.729	2.844	11	4.584
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.726	1.700	11	6.437
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.246	1.693	11	6.950

Software em andamento

Custo	Consolidado			
	Software	Ágio	Marcas e patentes	Outros
Saldo em 01 de janeiro de 2014	14.260	19.995	1.416	2.844
Adições	552	-	-	3.211
Transferências	4.355	-	-	(4.355)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	19.167	19.995	1.416	1.700
Adições	424	-	-	3.077
Baixas	(37)	-		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

15. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Férias	9.297	7.843	15.726	15.077
Participação nos lucros e resultados (a)	2.821	2.381	7.120	8.671
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	622	555	1.056	1.011
Outros	2.115	1.951	3.352	3.476
	3	8	468	422
	<u>14.858</u>	<u>12.738</u>	<u>27.722</u>	<u>28.657</u>

(a) O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com as empresas do Grupo. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Participação nos lucros e resultados	
	31/12/2015	31/12/2014
Controladora	4.168	4.269
Consolidado	<u>7.465</u>	<u>11.117</u>

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante:				
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	1.188	8.923
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	-	-	698	1.751
Demais tributos				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	5.176	6.162	7.989	9.026
Imposto sobre produtos Industrializados - IPI	2.227	2.345	2.538	2.686
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.175	1.408	2.444	2.274
Programa de integração social - PIS	241	280	508	467
Impostos de renda retido na fonte - IRRF	1.708	1.394	2.504	2.128
Imposto sobre operações financeiras - IOF	-	-	28	-
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais	-	-	1.423	1.413
Outros	170	277	547	513
Total	<u>10.697</u>	<u>11.866</u>	<u>19.867</u>	<u>29.181</u>
Não circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	6.477	7.787	8.969	10.605

(*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais PRÓDUZIR e DESENVOLVE na controladora e FOMENTAR na controladora Precon com também FUNDOPEM, PRODUIZIR na controladora Tégula e INCENTIVO 7% e 90% respectivamente na Eternit da Amazônia.

17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Política contábil
Custos de aposentadoria
Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

I) Benefícios futuros de saúde
O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício de 2015.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2015	31/12/2014
Taxa anual de juro atuarial real	7,27%	6,09%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%
Taxa anual de inflação projetada	6,49%	6,49%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

b) Passivo de plano de benefício pós emprego

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	2.749	2.511	4.890	3.677
Não circulante	31.839	27.730	44.437	41.654
Total	<u>34.588</u>	<u>30.241</u>	<u>49.327</u>	<u>45.331</u>

c) Despesa líquida com benefício em 2015 (reconhecida no resultado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo dos juros e serviços corrente	3.930	3.232	5.892	4.793
Benefícios pagos	(2.624)	(2.452)	(4.453)	(4.377)
Resultado líquido com benefício	<u>1.306</u>	<u>780</u>	<u>1.439</u>	<u>416</u>

d) As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2014		21.967		30.869
Custo dos juros e serviços corrente		3.232		4.793
Benefícios pagos		(2.452)		(4.377)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2014		22.747		31.285
Custo dos juros e serviços corrente		3.930		5.892
Benefícios pagos		(2.624)		(4.453)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2015		<u>24.053</u>		<u>32.724</u>

e) Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2015:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Em 01 de janeiro de 2015		30.241		45.331
Custo dos juros e serviços corrente		3.930		5.892
Benefícios pagos		(2.624)		(4.453)
Ajustes de experiência		3.041		2.557
Subtotal incluído em outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2015		<u>34.588</u>		<u>49.327</u>

f) Análise de sensibilidade

	Controladora					
	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas		Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas			
	Aumento	Redução	Aumento	Redução		
Impacto na obrigação com benefício líquido	Real	(%)	(%)	Real	(%)	(%)
Varição	34.588	31.665	37.782	34.588	37.677	31.755
		(8,45%)	9,23%		8,93%	(8,19%)

A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações.

g) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Dentro dos próximos 12 meses	2.749	2.511	4.890	3.677
Entre 2 e 5 anos	10.694	9.472	14.807	14.458
Entre 5 e 10 anos	10.603	9.213	14.650	13.499
Após 10 anos	10.542	9.045	14.980	13.697
Total	<u>34.588</u>	<u>30.241</u>	<u>49.327</u>	<u>45.331</u>

h) Plano de suplementação de aposentadoria

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não existe necessidade de complemento à provisão registrada em 31 de dezembro de 2015.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Grupo e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contribuições efetuadas no exercício findo em:	1.377	1.444	3.846	4.081

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

Dividendos e juros sobre o capital próprio
O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5%

e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado no montante era de R\$ 334.251 e estava representado por 179.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, e era distribuído como segue:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	10.753	126.183.006	9.012	116.445.329
Pessoas jurídicas	92	3.213.774	93	3.102.086
Pessoas residentes no exterior	91	14.323.451	137	18.680.383
Clubes, fundos e fundações	88	35.221.037	114	40.713.470
Total	<u>11.024</u>	<u>178.941.268</u>	<u>9.356</u>	<u>178.941.268</u>
Ações em tesouraria	1	58.732	1	58.732
Total	<u>11.025</u>	<u>179.000.000</u>	<u>9.357</u>	<u>179.000.000</u>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço da emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2015, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 123 (R\$ 95 em 31 de dezembro de 2014).

c) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Efeito da diluição		
Lucro líquido do exercício atribuível aos não minoritários	29.420	85.159
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	178.941	178.941
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u>0,16</u>	<u>0,48</u>

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

d) Dividendos

Os dividendos propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram os seguintes:

	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
Evento			
RCA (*) de 13 de maio de 2015	03/06/2015	11.273	0,063
RCA (*) de 05 de agosto de 2015	18/08/2015	1.610	0,009
Total		<u>12.883</u>	

(*) RCA - Reunião do Conselho de Administração.

e) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram:

	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
Evento			
RCA (*) de 13 de maio de 2015	03/06/2015	6.621	0,037
RCA (*) de 05 de agosto de 2015	18/08/2015	7.337	0,041
RCA (*) de 04 de novembro de 2015	17/11/2015	7.873	0,044
RCA (*) de 16 de dezembro de 2015	13/04/2016	7.873	0,044
Total		<u>29.704</u>	

(*) RCA - Reunião do Conselho de Administração.

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2015, representam:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Juros sobre capital próprio	7.118	5.204
Dividendos	-	11.989
Proventos de exercícios anteriores	416	704
Total	<u>7.534</u>	<u>17.897</u>

f) Destinação do resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	29.420	85.159
Constituição de Reservas		
Legal	(1.471)	(4.258)
Estatutária (I)	(1.471)	(4.258)
Retenção de lucros	(1.784)	(5.066)
Lucro disponível	24.694	71.577
Dividendos propostos e pagos	1.611	47.688
Juros sobre capital próprio propostos e pagos	23.083	23.889
Total	24.694	71.577
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	6.620	19.161

Retenção de lucro em 2014
Dividendos prescritos
Lucros retidos do exercício
Dividendos propostos e pagos
Juros sobre o capital próprio propostos e pagos
Retenção de lucro em 2015

(i) Conforme disposto no Estatuto Social, a formação da reserva estatutária de manutenção de capital de giro não ultrapassará 10% (dez por cento) do capital social da companhia.

g) Orçamento de capital - aplicação de recursos

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, conseqüentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital. Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção do lucro líquido remanescente do exercício de 2015, no montante de R\$ 1.784.

Manutenção e atualização do parque industrial

19. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

Política contábil

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Tégula - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir

A empresa Tégula Soluções para Telhados possui benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no Município de Anápolis/GO. A empresa utilizou R\$ 6.894 do montante contratado, restando um saldo de R\$ 16 a utilizar até o término do contrato deste benefício, 31/12/2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o valor do benefício totalizou R\$ 881 (R\$ 971 em 31 de dezembro de 2014). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Precon - Subvenção para investimento - Agência de Fomento Goiás S.A. empresa do Estado de Goiás - FOMENTAR

A Precon Goiás Industrial Ltda. possui o benefício fiscal de redução de 70% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no Município de Anápolis/GO. A empresa utilizou R\$ 24.879 do montante contratado, restando um saldo de R\$ 16.790 a utilizar até o término do contrato deste benefício, 31/12/2020.

No exercício de 2015 o valor do benefício totalizou R\$ 2.914 (R\$ 3.457 em 31 de dezembro de 2014). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Companhia se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Eternit - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir

A empresa Eternit S.A. possui benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no Município de Goiânia/GO. A empresa utilizou R\$ 27.686 do montante contratado, restando um saldo de R\$ 33.295 a utilizar até o término do contrato deste benefício, 31/12/2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o valor do benefício totalizou R\$ 4.008 (R\$ 4.550 em 31 de dezembro de 2014). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Eternit - Subvenção para investimento - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

A Companhia possui o benefício de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não Restituíveis com base no Lucro da Exploração em favor da Eternit S.A. O prazo do benefício expira no ano calendário 2020. O histórico das leis e concessão do benefício fiscal relacionados a cada um dos programas mencionados foram divulgados pela administração nestas demonstrações financeiras.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado				Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo em 01 de janeiro de 2014	29.219	4.397	21.043	54.659								
Adições	5.557	533	8.353	14.443								
Baixas	(1.801)	-	(388)	(2.189)								
Reversões	(3.750)	-	(3.614)	(7.364)								
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.225	4.930	25.394	59.549								
Adições	23.904	-	5.394	29.298								
Pagamentos	(843)	-	-	(843)								
Baixas	(1.892)	-	-	(1.892)								
Reversões	(1.813)	(12)	(6)	(1.831)								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	48.581	4.918	30.782	84.281								

i) Na área trabalhista as principais provisões englobam:

a) Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras.

b) Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra a Companhia. Nesta ação se discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da unidade industrial cujas atividades foram encerradas no início dos anos 1990. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA também Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Ambas ações, em 01 de março de 2016, foram julgadas em primeira instância parcialmente procedentes. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A provisão foi constituída considerando as incertezas que rodeiam o valor reconhecido por vários meios de acordo com as circunstâncias. Estando em linha com o IAS 37.39 (CPC 25.39), que prevê que na mensuração de provisão que envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.

ii) Na área tributária as principais provisões englobam:

- Variação de valores recolhidos a título de ICMS;
- Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS; e
- Diferença de valores reconhecidos relacionados à CEFEM.

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível

Em 31 de dezembro de 2015, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível e que podem ser mensurados confiavelmente, o montante consolidado de R\$ 19.526 (R\$ 10.863 em 31 de dezembro de 2014), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e os valores não são mensuráveis até a presente data:

- a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas.
- b) Ações civis públicas consumeristas nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.
- c) Ação de Improbidade Administrativa relacionada à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.
- d) Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.
- e) Partes da decisão julgada em primeira instância do processo mencionado no item "b", desta nota foi considerada como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia.
- f) Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra a Companhia perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$ 1 bilhão. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho. Ambas as ações ainda não foram julgadas.

Os depósitos judiciais para Garantias de Execução e Depósitos Recursais vinculados às provisões para riscos, estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
Política contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de vendas	679.553	680.030	1.221.417	1.235.017
Descontos e abatimentos incondicionais	(2.879)	(2.992)	(3.383)	(3.178)
Impostos incidentes sobre as vendas	(165.584)	(169.373)	(243.162)	(253.685)
Receita operacional líquida	511.090	507.665	974.872	978.154

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(384.403)	(370.995)	(598.115)	(593.879)
Despesas com vendas administrativas	(58.313)	(59.715)	(114.704)	(116.528)
Remuneração da Administração	(48.272)	(43.582)	(106.961)	(111.780)
Materia-prima consumida (-) Ajuste a valor presente	(7.121)	(8.501)	(11.444)	(10.685)
Despesas com pessoal e encargos	(498.109)	(482.793)	(831.224)	(832.872)
Materiais, energia elétrica e serviços	(249.109)	(257.513)	(401.704)	(409.669)
Serviços de terceiros	-	1.341	-	1.952
Depreciação e amortização	(119.209)	(105.668)	(165.278)	(164.861)
Comissões sobre vendas	(44.661)	(32.814)	(55.413)	(45.683)
Despesas de vendas variáveis	(25.127)	(20.528)	(58.670)	(52.644)
Aluguel de bens móveis	(13.469)	(11.995)	(39.399)	(37.704)
Despesas com viagens	(12.148)	(12.000)	(19.905)	(21.085)
Despesas com materiais e serviços	(7.002)	(10.294)	(33.445)	(38.671)
Despesas com materiais e serviços informática	(6.657)	(7.134)	(11.022)	(11.810)
Propaganda e publicidade	(5.508)	(5.159)	(8.491)	(8.727)
Contribuição para entidades de classe	(4.097)	(3.923)	(6.561)	(6.669)
Impostos e taxas	(4.707)	(9.359)	(9.323)	(12.266)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(2.920)	(3.558)	(12.704)	(14.800)
Outras	(647)	(1.918)	(3.551)	(3.977)
	(1.493)	(655)	(2.531)	(1.444)
	(1.355)	(1.616)	(3.227)	(4.814)
	(498.109)	(482.793)	(831.224)	(832.872)

24. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outras receitas operacionais:				
Vendas bens de imobilizado	784	577	876	1.488
Amostra para teste de produtos	1.186	-	-	-
Juros sobre o capital próprio prescritos	70	328	70	338
Reversão de provisão para riscos trabalhistas	1.753	-	1.753	-
Aluguéis	-	-	1.490	3.017
Crédito extemporâneo Fundo FI - Previdência	-	3.759	3.552	3.759
Privada (i)	-	1.446	1.956	1.446
Outras	975	354	4.410	1.581
	4.768	6.464	14.107	11.629

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	(21.197)	(914)	(21.634)	(2.080)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(3.818)	(3.249)	(5.117)	(4.672)
Desmobilização da mina	-	-	(1.093)	(992)
Impostos sobre outras vendas	(49)	(256)	(826)	(938)
Garantia de qualidade	(1.025)	(515)	(1.389)	(768)
Substituição de produto avariado	(436)	(685)	(978)	(685)
Gastos de paradas excepcionais	(687)	(42)	(1.307)	(50)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(1.169)	(1.203)	(1.691)	(1.679)
Custo da baixa do imobilizado	(684)	(172)	(1.041)	(410)
Outras	(818)	(2.713)	(2.875)	(3.165)
	(29.883)	(9.749)	(37.951)	(15.439)
	(25.115)	(3.285)	(23.844)	(3.810)

(i) Crédito compensado de previdência privada parte empresa em fundo inominado constituído no desligamento de colaboradores conforme políticas da Companhia.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS
Política contábil

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são as seguintes:

	31/12/2015						
	Ativo total	Passivo	Lucro (prejuízo) antes dos impostos		Depreciação e amortização	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
			Receita líquida	Lucro bruto			
Fibrocimento							
Sudeste	226.850	48.611	95.639	23.709	(3.868)	3.420	(1.851)
Sul	52.191	64.034	148.870	36.947	(5.979)	4.927	(2.892)
Centro-Oeste	83.936	79.226	216.798	59.005	(3.510)	3.751	(4.212)
Norte e Nordeste	26.908	42.140	96.110	23.819	(3.894)	2.260	(1.867)
	389.885	234.011	557.417	143.480	(17.251)	14.358	(10.822)
Mineral crisotila							
Mercado local	271.088	87.166	134.095	77.164	41.471	7.068	398
Mercado externo	-	-	195.079	131.596	79.671	10.282	578
	271.088	87.166	329.174	208.760	121.142	17.350	976
Telhas de concreto							
Mercado local	71.814	24.133	54.869	13.827	(6.209)	4.990	(2.192)
Mercado local	200.407	87.768	33.412	10.690	(29.065)	2.701	(11.488)
Outros (*)							
	933.194	433.078	974.872	376.757	68.617	39.399	(23.526)

	31/12/2014						
	Ativo total	Passivo	Lucro (prejuízo) antes dos impostos		Depreciação e amortização	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
			Receita líquida	Lucro bruto			
Fibrocimento e cimento de fio sintético							
Sudeste	236.354	41.232	95.102	25.428	5.890	2.768	258
Sul	42.586	50.117	144.017	38.869	9.283	4.832	392
Centro-Oeste	70.437	59.972	219.122	62.391	17.227	3.124	596
Norte e Nordeste	24.519	33.852	95.878	25.793	6.097	1.891	261
	373.896	185.173	554.119	152.481	38.497	12.615	1.507
Mineral crisotila							
Mercado local	280.938	92.180	141.996	123.866	82.555	19.245	888
Mercado externo	-	-	174.750	76.828	25.987	-	1.093
	280.938	92.180	316.746	200.694	108.542	19.245	1.981
Telhas de concreto							
Mercado local	92.153	25.008	67.184	23.250	(2.817)	4.996	(2.016)
Mercado local	150.877	80.695	40.105	7.850	(14.138)	848	816
Outros (*)							
	897.864	383.056	978.154	384.275	130.084	37.704	2.288

(*) Contemplado (R\$ 27.660) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., atuante no segmento de louças. Vide nota 9 - Investimentos.

	31/12/2014						
	Ativo total	Passivo	Lucro (prejuízo) antes dos impostos		Depreciação e amortização	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
			Receita líquida	Lucro bruto			
Fibrocimento e cimento de fio sintético							
Sudeste	236.354	41.232	95.102	25.428	5.890	2.768	258
Sul	42.586	50.117	144.017	38.869	9.283	4.832	392
Centro-Oeste	70.437	59.972	219.122	62.391	17.227	3.124	596
Norte e Nordeste	24.519	33.852	95.878	25.793	6.097	1.891	261
	373.896	185.173	554.119	152.481	38.497	12.615	1.507
Mineral crisotila							
Mercado local	280.938	92.180	141.996	123.866	82.555	19.245	888
Mercado externo	-	-	174.750	76.828	25.987	-	1.093
	280.938	92.180	316.746	200.694	108.542	19.245	1.981
Telhas de concreto							
Mercado local	92.153	25.008	67.184	23.250	(2.817)	4.996	(2.016)
Mercado local	150.877	80.695	40.105	7.850	(14.138)	848	816
Outros (*)							
	897.864	383.056	978.154	384.275	130.084	37.704	2.288

(*) Contemplado (R\$ 13.669) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., atuante no segmento de louças. Vide nota 9 - Investimentos.

	31/12/2015						
	Ativo total	Passivo	Lucro (prejuízo) antes dos impostos		Depreciação e amortização	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
			Receita líquida	Lucro bruto			
Fibrocimento							
Sudeste							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Emprestimos e Financiamentos - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2015	Projeção receitas financeiras - um ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			14,14%	7,07%	10,61%	17,68%	21,21%
Emprestimos e Financiamentos							
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	68.406	78.079	63.570	61.148	80.500	82.915
TJLP			7,50%	3,75%	5,63%	9,38%	11,25%
Emprestimos e Financiamentos	TJLP	1.954	2.100	1.860	1.844	2.137	2.173
SELIC			14,25%	7,13%	10,69%	17,81%	21,38%
Emprestimos e Financiamentos	SELIC	583	666	541	521	687	707

c) Risco de prejuízo na produção devido à escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos

Esta vertente de crescimento é pautada na diversificação do portfólio, por meio do desenvolvimento, lançamento de novos produtos e na entrada em novos segmentos de negócios, usando a estrutura do próprio Grupo ou a capacidade de terceiros. Dentro deste conceito encontram-se as soluções construtivas (placas cimentícias e o Painel Wall), telhas metálicas, louças, assentos e metais sanitários. Com exceção das soluções construtivas e louças, nos outros segmentos são utilizadas capacidades de terceiros.

A Companhia não tem controle sob algumas matérias-primas, como o cimento, calcário, areia, celulose reciclada, dessa forma um aumento significativo nos preços decorrentes de escassez, impostos, restrições, flutuações de taxas de câmbio ou redução nos prazos para pagamento podem impactar consideravelmente no custo de produção e afetar adversamente os negócios da Companhia.

d) Risco associado ao crescimento

Para os fornecedores em que a Eternit compra metais sanitários e revende no mercado brasileiro, a Companhia pode enfrentar dificuldades de encontrar novos parceiros caso haja uma dissolução no contrato de fornecimento.

II) Risco de crédito
Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia diariamente, e é de entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

Nenhum cliente da Companhia representa mais de 3% dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2015 (5% em 31 de dezembro de 2014).

Depósitos à vista e aplicações financeiras

A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

III) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

IV) Gestão do capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve mudança nos objetivos, nas políticas e nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2014. A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Alavancagem	Alavancagem	Alavancagem	Alavancagem
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Emprestimos e financiamentos	22.621	8.195	167.261	127.924
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.850)	(5.711)	(5.578)	(13.367)
Dívida líquida	19.771	2.484	161.683	114.557
Patrimônio líquido	500.098	514.791	500.116	514.808
Dívida líquida e patrimônio líquido	480.327	512.307	338.433	400.251

29. COMPROMISSOS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2015 o Grupo possuía as seguintes garantias:

- Garantia do contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a controladora SAMA e a Companhia de fornecimento Tractebel, no montante de R\$ 3.989 junto ao banco Safra, com vigência de janeiro de 2016 à janeiro de 2017;
- Garantia do pagamento de execução fiscal - DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no montante de R\$ 1.440, junto ao banco Bradesco, com vencimento indetermiado;
- Garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás no montante de R\$ 6.034, junto ao banco Bradesco, com vencimento em fevereiro de 2016;
- Garantia de R\$ 40.909 (60%) do Financiamento firmado entre a Companhia Sulamericana de Cerâmica e o BNB, Banco do Nordeste, para a instalação da

fábrica de louças sanitárias, junto ao banco Bradesco com vigência de janeiro de 2016 à janeiro de 2017;

- Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R\$ 567, conforme mencionado na nota explicativa 11;
- Em dezembro de 2014, a Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário junto ao Banco da Amazônia para implementar sua fábrica de pesquisa e desenvolvimento em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, tendo seu valor de mercado no montante de R\$ 62.500; e
- Garantia para pagamentos de débitos inscritos em dívida ativa em execução fiscal, e natureza tributária, objeto de ações cautelares, mandato de segurança ou ações ordinárias no montante de R\$ 5.821 conforme apólice de seguro nº 16-0775-23-0132155 com vigência até 26/10/2020.

30. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DA MINA
Ambiente

A controlada Sama registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal empresa equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina - PAFEM, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

A controlada Sama registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	2015 e 2014	
	2015	2014
Taxa de desconto	10% a.a.	10% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	5% a.a.	5% a.a.
Valor presente dos desembolsos esperados	31/12/2015	31/12/2014
2032	4.742	4.028
2033	4.070	3.457
2034	2.109	1.791
2035 a 2043	1.696	1.442
Total	12.617	10.718

Considerando o acordo celebrado com o PAFEM a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2032 e 2043.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 1.093 (R\$ 992 em 31 de dezembro de 2014), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Foi aprovado em 28 de janeiro de 2016 a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão para fins de permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução de Capital Social (programa de recompra de ações). As aquisições terão prazo de 12 meses com início em 29 de janeiro de 2016 e término previsto em 28 de janeiro de 2017.

A Companhia poderia adquirir até 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de sua própria emissão.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL
LUIS TEREPIINS (*) Presidente do Conselho de Administração	NELSON PAZIKAS Presidente e Diretor de Relações com Investidores	ANDRÉ EDUARDO DANTAS Coordenador
LEONARDO DEEKE BOGUSZEWSKI (*) LÍRIO ALBINO PARISOTTO (*) LUIZ BARSÍ FILHO (*) MARCELO GASPARINO DA SILVA (*) MARCELO MUNHOZ AURICCHIO (*) RAPHAEL MANHÃES MARTINS (*)	FLAVIO GRISI MARCELO FERREIRA VINHOLA RODRIGO LOPES DA LUZ RUBENS RELA FILHO WELNEY DE SOUZA PAIVA	LUCIANO LUIZ BARSÍ PAULO HENRIQUE ZUKANOVICH FUNCHAL PEDRO PAULO DE SOUZA ROBERT JUENEMANN
(*) Conselheiro independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.		
CONTADOR		
RICARDO BENATTI - Gerente de Contabilidade e Controladoria CRC 1SP186493/O-4		

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eternit S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o relatório de revisão dos auditores independentes - ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação

de lucro líquido do exercício e de períodos anteriores, incluindo a distribuição de proventos, estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 24 de março de 2016.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Eternit S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias,

mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfases

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei Estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado e da ADI nº 3937 em face da Lei Estadual nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 21, itens b) e iii e), às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve as ações civis ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho do Estado de São Paulo; e, pela Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto - ABREA de São Paulo contra a Companhia, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional da unidade industrial da Companhia cujas atividades foram encerradas no início dos anos 1990, para as quais houve decisões julgadas parcialmente desfavoráveis à

Companhia, em primeira instância. A probabilidade de perda para parte destas ações foi considerada pelos consultores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para esta parte, provisão para perda. Não foi reconhecida provisão para perda para a parte considerada como perda possível pelos consultores jurídicos da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 21 iii f), às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve as ações civis ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro; e, pela ABREA do Rio de Janeiro contra a Companhia, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional e que ainda não foram julgadas. A probabilidade de perda para essas ações civis foi considerada pelos consultores jurídicos da Companhia como possível. Portanto, não foi reconhecida provisão para perda relacionada a essas ações civis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Building a better world

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

São Paulo, 24 de março de 2016.

Rita de C. S. de Freitas

Contadora CRC-1SP214160/O-5



www.eternit.com.br